



Assembleia Municipal de Odivelas

88

Proposta de Projeto de Regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas”
(PAMO)

Parecer da Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto

A Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto (CECJD) analisou e debateu a proposta de **“Projeto de Regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas”** (PAMO), tendo deliberado, por **consenso**, no dia 29 de junho de 2015 a emissão do seguinte parecer:

1. A Comissão congratula-se com o **retomar dos apoios municipais aos Clubes e Associações** do concelho de Odivelas;
2. A CECJD **recomenda** que o PAMO inclua um **EIXO específico de apoio ao Associativismo Parental**, uma vez que, pela natureza do trabalho que estas associações levam a cabo, não será possível a sua inclusão em qualquer dos eixos propostos pelo PAMO;
3. Quanto ao **artigo 13º**, a CECJD vê como **bastante positiva** a abrangência e o número de cedências de transporte a atribuir. No entanto, recomenda para a necessidade de **assegurar a exequibilidade desta medida** de apoio nos termos propostos, atendendo ao que se explana nas alíneas c) e e) do artigo supracitado;
4. Os critérios de atribuição dos apoios podem suscitar algumas dúvidas de interpretação por parte das entidades beneficiárias, pelo que a CECJD **recomenda** que, com particular enfoque no primeiro ano, seja realizado um **acompanhamento direto por parte da CMO na compreensão das condições de acesso e atribuição dos apoios e de elaboração das candidaturas**;
5. A CECJD, entendendo como positiva a obrigatoriedade de prestação de contas dos apoios recebidos e a manutenção de dossier financeiro, para consulta a qualquer tempo por parte da CMO, têm **dúvidas quanto ao enquadramento jurídico e legitimidade da CMO para promover auditorias a entidades externas** (artº 21º - nº6);



Assembleia Municipal de Odivelas

88

6. A CECJD recomenda, mais uma vez, que os pontos para apreciação e parecer sejam submetidos à comissão em momento anterior à sua aprovação pelo Executivo Camarário, em forma de “Projeto” sob pena dos pareceres emitidos não poderem ter qualquer efeito substantivo.

No âmbito da discussão e apreciação do PAMO, foram, ainda, expressas as seguintes posições individuais:

1. Para a maioria representada nesta Comissão (**PS e PSD**), a apreciação desta proposta é na generalidade positiva, sublinhando os ganhos de transparência que se prevêem obter com a sua aplicação na atribuição dos apoios;
 - a. Nessa perspetiva, relativamente ao Apoio a conceder a Pessoas Singulares, a CECJD recomenda que os critérios sejam definidos com maior clareza e chama a atenção para o facto de nenhum dos anexos (desde logo, o anexo relativo ao registo de dados) prever esta situação;
 - b. Também no que diz respeito ao artigo 6º, os representantes destas bancadas são de opinião que a participação das entidades apoiadas nas iniciativas camarárias deverá ser sempre voluntária e dependente da disponibilidade dos/as atletas e dirigentes e da atividade regular da entidade. Relativamente à recolha de imagem e vídeo esta estará sempre assegurada quando se trate de uma iniciativa de carácter público. Nas iniciativas fechadas, esta dependerá, naturalmente, da devida autorização de todos/as os/as presentes (que poderão até ser externos/as à entidade) e da salvaguarda da imagem de menores de idade. Face ao exposto, recomendam a sua retirada.



Assembleia Municipal de Odivelas

2. **CDS e BE** apontam as seguintes questões:

- a. Subsistem dúvidas no que diz respeito à coordenação global do PAMO, o qual abrange mais de uma vereação;
- b. Não se estipulam prazos para a autarquia, em matéria de apreciação das candidaturas, divulgação dos resultados e concessão dos apoios;
- c. São injustificadas as contrapartidas definidas pela autarquia em termos de colaboração e divulgação por parte das entidades, nomeadamente à definição pela autarquia do critério “a colaboração em iniciativas municipais” para efeitos de análise e apreciação das candidaturas. É incorreto que assim seja e isso nem sequer deve ser mencionado no documento, pois as instituições do concelho encontram-se sempre dispostas a colaborar com o município, nos seus eventos;
- d. Enquanto houve uma auscultação prévia junto das associações de cariz desportivo, lamenta-se que o mesmo não tivesse sucedido relativamente às instituições na área da intervenção social (IPSS).

3. A **CDU** aponta as seguintes questões:

- a. Reconhece algumas melhorias e pontos positivos, nomeadamente no Eixo da Juventude, mas entende que existem pontos negativos no que diz respeito ao Eixo do Desporto, nomeadamente no que respeita ao desporto federado com atividade regular que deve ter critérios para a atribuição dos apoios diferentes do desporto federado com atividade não regular;
- b. Os programas de apoio devem continuar divididos por áreas, com programas de apoio independentes e não sendo tratados como sendo todos iguais. Porque a resposta que cada entidade dá é diferenciada e as respectivas necessidades também.



Assembleia Municipal de Odivelas

4. **CDU, CDS e BE** apontam as seguintes questões:

- a. Questionam a que título se consignam apoios a pessoas singulares. Este tipo de apoio carece de uma explicação clara, pois corre-se o risco de se apoiarem pessoas singulares com actividade profissional, subvencionados pela Administração Pública e patrocinados por empresas (monetariamente ou não). Defendem que este tipo de apoio não deve constar no PAMO, pois os apoios a pessoas singulares devem carecer de discussão em sede do Executivo Municipal noutro contexto;
- b. São injustificadas as contrapartidas definidas pela autarquia em termos de colaboração e divulgação por parte das entidades, nomeadamente à definição pela autarquia do critério "a colaboração em iniciativas municipais" para efeitos de análise e apreciação das candidaturas. É incorrecto que assim seja e isso nem sequer deve ser mencionado no documento, pois as instituições do concelho encontram-se sempre dispostas a colaborar com o município, nos seus eventos.

5. **PS, PSD, CDS e BE** entendem que, no que diz respeito à atualização e concentração dos apoios num único programa, o princípio é positivo. No entanto, a criação de normas genéricas para todas as entidades a apolar não responde de forma cabal à especificidade de cada uma das áreas do PAMO (Educação, Cultura, Juventude, Desporto e IPSS). Face ao exposto, **recomendam** que sejam **criados subprogramas**, com normas específicas, sendo a coordenação de cada um deles da responsabilidade do/a Vereador/a responsável pelo respetivo pelouro, subordinados a uma coordenação política global.

A Coordenadora da Comissão de Educação, Cultura, Juventude e Desporto

Susana Santos